

Discurso, gênero e violência: Análise de Discurso Crítica de relatos de mulheres subalternizadas

Rafaella Tosi da Rosa¹; Profª. Drª. Rita de Araujo Neves².

¹Universidade Federal do Rio Grande - FURG ¹ – tosirafaella@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande - FURG ² – profarita@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As redes sociais têm sido grandes aliadas no combate à violência contra a mulher, através do compartilhamento de relatos de mulheres sobre seus relacionamentos, em sua grande maioria heteroafetivos. As violências cotidianas, que por vezes passam despercebidas, são formas sutis de domínio que se apresentam como um cuidado inofensivo e, consequentemente, evitam que a mulher perceba o cerceamento a que de fato está submetida.

Assim, essas trocas e vínculos estabelecidos virtualmente ocasionam em acolhimento e conscientização sobre a violência mascarada de afeto, tanto para quem compartilha, quanto para quem lê e se identifica com a situação relatada.

Nesse sentido, é fundamental estar ciente de que tais relatos carregam marcas patriarcas de cunho ideológico e misógino. Posto isto, BARDIN (2021) afirma que “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar”.

Diante dessa impressão inicial, somada às discussões travadas no âmbito do Projeto de Ensino “Leituras Marginais: temáticas relevantes em Processo Penal”, que integro e coordenado pela orientadora deste texto, é que o presente trabalho tem como principal objetivo realizar a Análise de Discurso Crítica (ADC) dos relatos textuais de mulheres apresentados no instagram da pós-doutora em psicologia clínica, Valeska Zanello. Naquele espaço são compartilhados esses “desabafos”, separados por temas como a divisão de trabalho doméstico, tratamento de silêncio, estupro matrimonial, maternidade, estética, entre outros. Visa-se, portanto, analisar como esses discursos se relacionam com o gênero e a violência contra a mulher, no intuito de romper com o ciclo da desigualdade.

Destacamos que o primordial nos estudos da ADC é sempre partir de um problema social, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem e uso, estabiliza situações sociais. Portanto, pretende-se com essa pesquisa, contribuir para o campo de estudos da ADC e das violências às mulheres, por demandar um olhar para o texto e outro para a realidade social, sob a perspectiva do gênero.

2. METODOLOGIA

O presente resumo apresenta fase inicial e exploratória de uma pesquisa em desenvolvimento acerca da Análise de Discurso Crítica de manifestações escritas de mulheres vítimas de violências na internet. Para este momento, fazemos uma reflexão teórica acerca das relações de gênero e violência presentes nos discursos do recorte empírico do nosso estudo, consistente nos relatos femininos sobre seus relacionamentos pessoais em determinado contexto.

Para tanto, até esta fase da pesquisa, foi feita a separação dos relatos por temas, a fim de que seja possível visualizar o conteúdo de cada relato de maneira

organizada, facilitando sua posterior análise. Soma-se a isso, ainda, a realização de levantamento bibliográfico em livros e artigos científicos, alicerçados nas epistemologias linguísticas e feministas que tenham proximidade com nosso objeto de estudo. Nesse sentido, cumpre dizer que tal levantamento ocorreu a partir de sítios de acesso público, como a biblioteca eletrônica Scielo e o Google Acadêmico, onde foram utilizadas palavras-chaves relacionadas à ADC e à violência contra a mulher.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se trabalhar com a Análise de Discurso Crítica (ADC), é necessário que o objeto de pesquisa parte de um problema social, para que, então, seja possível estabelecer uma visão das relações de causa e efeito dessas questões.

Segundo FAIRCLOUGH (2001, p.95-96):

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes [...] o discurso contribui para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' [...] contribui para construir as relações sociais entre as pessoas [...] e para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem.

Assim sendo, a ADC é uma abordagem transdisciplinar e multidisciplinar que entra em diálogo com as ciências sociais como meio de aprofundar os estudos da linguagem nas práticas sociais. Em relação aos referidos relatos, os quais são objetos de estudo do presente trabalho, pode-se constatar, até esta fase do estudo, que a desigualdade entre homens e mulheres é naturalizada e legitimada por discursos que definem um papel social a ser desempenhado pela mulher pautado no viés de gênero. Em consequência disso, abre-se margem para todos os tipos de violência contra a mulher, nos mais variados contextos.

Com o intuito de contextualizar o assunto, convém abordar o conceito de patriarcado a fim de compreender como as estruturas patriarcais afetam as relações de gênero. Nesse sentido, conceitua Pateman (1993, p. 16-17):

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal — é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal — isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres —, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, segundo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se

contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno.

Logo, observa-se que o contrato sexual prevê a submissão das mulheres em relação aos homens, de modo que isso ocorre em todas as áreas do relacionamento. Assim, pode-se alegar que o contrato dá amplos poderes aos homens sobre os corpos das mulheres, podendo regular suas vidas e ter acesso sobre elas como se fossem objetos.

Dentre as semelhanças nos relatos, a principal observada é a de que o homem sempre está em uma posição de poder perante a mulher. Para BOURDIEU (2012), a dominação masculina é violência simbólica, pois não é percebida pelas próprias vítimas, que se escondem nas convenções sociais e práticas culturais, utilizando o corpo feminino como instrumento de controle. Logo, o resultado da violência simbólica é a submissão paradoxal, que se expressa no reconhecimento e respeito pelas condutas dominantes, conforme leciona:

[...] Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, p. 09)

Por isso, a violência contra a mulher é uma temática ainda urgente diante do alarmante número de casos registrados dia a dia no Brasil e no mundo. A discussão aqui proposta convida a refletir sobre como os relatos vivenciados por mulheres em seus relacionamentos têm suas raízes ligadas às atribuições sociais dadas ao gênero e resultam na violência contra essas mulheres. Para Saffioti (2015), o gênero está longe de ser um conceito neutro. Pelo contrário, ele “carrega uma dose apreciável de ideologia”. Afinal, a violência de gênero é causa e consequência direta das desigualdades de gênero.

4. CONCLUSÕES

Em um cenário onde a violência contra a mulher é naturalizada cotidianamente, o desenvolvimento desta pesquisa torna-se necessário para uma maior inserção do uso da Análise de Discurso Crítica (ADC) relacionada ao gênero, mormente às violências de gênero às mulheres, a fim de desvendar as camadas desse fenômeno da violência contra a mulher em um sistema patriarcal hegemônico e, gradualmente, operar a na conscientização e consequente e gradual emancipação dessas mulheres.

Por fim, acreditamos que a compreensão e a interpretação dos relatos compartilhados, poderão servir para o rompimento da noção de naturalização da dominação masculina, a qual está enraizada em nosso inconsciente e nas formas mais simples de organização do pensamento e da linguagem, correspondentes aos comportamentos/ações humanas ainda socialmente aceitos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIJK, T. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RESENDE, V. M; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.